

Cidade e Império na Política de Compromisso Pós-Pombalina

Acácio José Lopes Catarino*

A reflexão sobre a persistente presença dos militares constitui um dos pontos fulcrais nas propostas de entendimento acerca do caminho histórico percorrido por aquelas sociedades que não provieram da experiência liberal clássica. Envolta em discussões acerbas e frequentemente maniqueístas no período da Guerra Fria, retornou à baila pelo tratamento ambíguo, predominante jornalístico, dado a episódios como a ocupação de áreas urbanas, o que torna oportuno levantar a discussão em torno da questão militar no Brasil, de preferência partindo de uma perspectiva histórica aprofundada.

Neste artigo pretende-se qualificar o momento político no qual os desafios impostos à Coroa portuguesa ao final do século XVIII propiciaram os primeiros esforços coerentes de gerenciamento do espaço colonial, em especial no meio urbano, que tomaram como interlocutores não apenas as camadas dominantes mas inclusive uma ampla gama da população, num empreendimento que teve nos militares um de seus mais importantes instrumentos.

Reordenamento institucional, econômico e cultural, a reforma pombalina conseguiu setorialmente lograr mudanças que persistiram por muito tempo nos domínios portugueses. Se o seu objetivo básico — concentrar os impulsos decorrentes do tráfico colonial e instrumentalizá-los para os fins do Estado mercantilista — não teve todo o alcance desejado, os efeitos da racionalidade vinculados à maior

* Professor do Departamento de História da UFPB /Doutorando em História Econômica (USP).

presença do Estado foram permanentes, desde que os reordenamentos que atualizaram a orientação do Estado absolutista ilustrado não poderiam ter-se realizado sem estas iniciativas. Com a ascensão da monarquia mariana, soluções menos artificiais, de cariz provinciano porém mais realistas, seriam tentadas.

Por trás da mudança de setores dirigentes pode-se distinguir a formulação de um novo compromisso, no qual as intervenções para a manutenção do domínio colonizador viabilizam-se ao perderem seu ímpeto globalizante, em troca de medidas reformistas parcelares que se a princípio não constituem um corpo fechado de orientação, progressivamente atestam nas diversas instâncias da vida colonial um gerenciamento relativamente coerente para o governo do Brasil. Tarefa facilitada pela existência de um corpo burocrático formado pela administração anterior, que tornaria desnecessárias imposições mais diretas sobre as camadas dominantes.

Na matriz destas preocupações encontram-se três eixos básicos: a defesa externa contra potências concorrentes, a manutenção da segurança interna em meio às reformas e o incremento da produção voltada para as trocas atlânticas.

Se a condição de reprodução deste domínio dependia da continuidade do papel ativo do Estado — impossibilitada a volta aos arranjos improvisados das partes em conflito, comuns ao final da era joanina — por outro lado esta intervenção necessariamente teria que absorver em maior grau os interesses regionais e locais, cuja crescente complexidade exigia acompanhamento constante. Nisto residia a aposta do jogo: as engrenagens da razão colonial, colocadas em prática sob limites fluidos, podem ao mobilizar os colonos para os seus fins afetar o delicado equilíbrio entre os diferentes personagens do drama colonizador. É este o significado mais profundo da queixa à Corte do bispo Azeredo Coutinho, então no governo de Pernambuco: “A desordem nesta terra está tão arraigada que até parece ser necessário deixá-la

continuar no mesmo estado; assim como a um enfermo já muito arruinado, quanto mais remédios se lhe aplicam, tanto maior perigo corre a sua vida”¹.

Pressente-se o último capítulo da experiência colonizadora, mas não pelos motivos tradicionalmente levantados para explicá-la. Antes de mais nada, torna-se necessário não se colocar a questão em termos antitéticos, subsumindo-a a uma luta entre plantadores coloniais em busca de maior liberdade contra um Estado distante e paquidérmico, argumentos que remetem a conflitos posteriores, originados no imaginário político que conformou a memória da Independência.

Por outro lado, a caracterização unívoca deste período como de crise, em especial para o Nordeste, não resiste uma análise mais atenta. O que pode ser denominado de política de compromisso pós-pombalina para o Brasil demonstra, pelo contrário, um extraordinário esforço para acompanhar as necessidades ditadas pela dinâmica colonial. A utopia do “poderoso império” que animou em 1815 a celebração do Reino Unido, se bem que irrealizada, possuía raízes bem fincadas no século XVIII, e um dos seus propositores, D. Rodrigo de Souza Coutinho, chegou a ocupar as estratégicas pastas da Marinha e Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, além da direção do Real Erário².

A fim de discutir nos limites deste trabalho o alcance que estas medidas tiveram, a explanação privilegiará o caso de Pernambuco e mais especificamente seu pólo nucleador, a vila do Recife.

Seria impossível entender as reorientações aludidas sem considerar o espaço colonial. Em Pernambuco estão bem caracterizadas estas diretrizes desde pelo menos o governo de Thomás José de Mello (1787 - 1798), passando pela Junta

¹ Citado por Novais, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1981, p.172

² Lyra, M. de Lourdes V. **A utopia do poderoso império**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 113.

Provisória (1798 - 1804) e por Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804 - 1817), caminhando para seu desfecho em meio ao domínio de Luís do Rego Barreto (1817 - 1821).

A um nível geral, a articulação entre fatores endógenos às colônias e aqueles referentes ao subsistema português como um todo estava passando por reavaliações, desde que a Guerra dos Sete anos demonstrara que o reino britânico possuía capacidade logística para levar seu poderio a qualquer parte do mundo; além do mais, a lembrança das Missões jesuíticas nas proximidades da fronteira com a América espanhola ainda estava bastante recente³. Manifestamente impotentes para defender com suas próprias forças a um imenso território e incapazes de controlar as populações sem o comprometimento dos próprios parceiros coloniais, os agentes da Coroa procuraram incentivar a revitalização econômica que financiasse os custos do empreendimento colonial.

A liberdade do tráfico entre os domínios propiciada no reinado de D. Maria I logo exprimiu-se no que Jácome Ratton denominou de “época áurea” do comércio português, impressão confirmada pelas balanças de comércio, exploradas por Novais, Arruda e Ribeiro Júnior⁴.

A circulação intercolonial e interregional consolidasse, sendo apregoada nos relatórios oficiais, ligando-se com maior intensidade áreas que irão se especializando (como o Ceará e o Rio Grande, por exemplo), seja através de tropas, seja pela cabotagem, o que por sua vez impulsionou alguns

³ Maxwell, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, cap. 2.

⁴ Novais, F. (1981), cap. IV; Arruda, J. Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980; Arruda, J. J. de A. “A circulação, as finanças e as flutuações econômicas” in: Silva, M. Beatriz Nizza da O. *Império luso - brasileiro, 1750 - 1822*. Lisboa: Estampa, 1986, cap. IV; Ribeiro Jr. *Pernambuco no comércio luso-brasileiro da transição (1780 - 1822)*. Tese de livre docência, UNESP, 1980 (mimeo).

setores do artesanato e da pequena produção rural⁵. Mesmo a proteção aos panos metropolitanos preserva o espaço dos fabricos coloniais; produtos importantes para o comércio e navegação como o couro, madeirame e fibras seriam aqui beneficiados⁶.

Após flutuações iniciais, os excedentes agrícolas expandem-se e diversificam-se, despontando o algodão como o cultivo de melhores perspectivas até a segunda década do século XIX, conectando novos territórios aos fluxos de exportação⁷. Influenciadas por matizes fisiocráticas, estas medidas incluem o apoio a naturalistas para o aproveitamento de espécies nativas, ao mesmo tempo em que incentiva-se o uso de instrumental mais aperfeiçoado de cultivo e extração. Atenta-se para a prospecção de jazidas, especialmente ferro e nitreiras, indispensáveis à máquina de guerra⁸.

A abrangência destas iniciativas, que alcançam quase todos os âmbitos econômicos, expõem a Coroa a pressões originadas nos conflitos em torno de sua própria consolidação: antigos direitos passam a ser questionados, novas disposições passam a ser exigidas, delineando-se o

⁵ “Idéia da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas desde o ano de 1774”. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1923, vol. XI. Para o artesanato e manufaturas em particular, Catarino, Acácio J. Lopes. “A face oculta” in *Monografias apresentadas ao Curso de História*. Recife: DH/UFPe, 1983, pp. 93 - 136; Catarino, A. J. L. *Da oficina ao arsenal: Estado e redefinições urbanas*. Dissertação de mestrado, UFPe, 1993, cap 2.

⁶ Novais, F. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII in *Revista de História*, São Paulo, 67, pp. 145 - 166; Alden, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968, cap. 13.

⁷ Carvalho, Marcus J. Maciel. *Hegemony and rebellion in Pernambuco (1821 - 1835)*. Ph. D. thesis, University of Illinois, 1989, p. 30 - 31; Ribeiro Jr, J. (1980), p. 82.

⁸ Basta dizer que três meses após sua chegada: a Pernambuco, D. Thomás de Mello já enviava a Lisboa caixotes contendo ervas e frutas usadas pelos indígenas para fins medicinais, acompanhadas por abecedário. Carta de 8 maio. 1788 a Martinho de Mello e Castro, A. H. U., Pernambuco, caixa 80, papéis avulsos.

quadro que irá configurar as opções políticas da primeira metade do século XIX no Brasil.

Será na cidade colonial que estas tendências assumem suas dimensões mais complexas, por ser esta o ponto de interseção das diversas instâncias do domínio colonial. Neste momento, ao agregar novos papéis, a cidade vê-se referenciada como imagem autônoma no discurso oficial e portanto merecedora de cuidados específicos.

O Recife expressa em seu próprio corpo estas mudanças. No decorrer da segunda metade do século XVIII, a expansão do assentamento reflete-se tanto demográfica como espacialmente⁹. É deste período que pode-se datar sua inequívoca transformação de vila a cidade: ao contrário da cartografia portuguesa anterior, sua representação não mais se dissolve no campo circundante. O interesse central passa a ser o sítio urbano propriamente dito.

Os diversos usufrutos do solo confirmam a crescente complexidade da divisão social do trabalho e a existência de diferentes regimes de vida, como atesta um documento de década de 1780¹⁰:

“Os povos desta freguesia (da Sé de São Pedro Mártir), os da parte da praia vivem de suas pescarias; os de dentro de seus ofícios e indústrias; os da Boa Vista de negócios, onde há muitas lojas de fazendas molhadas e secas, que medem por vara e côvado; outros de sítios e lavouras de canas.”

No entanto, não havia uma correspondente base, quer material, quer institucional, que pudesse equacionar os problemas específicos que um importante centro portuário

⁹ Se de 1749 a 1782 o crescimento médio anual da população do Recife foi da ordem de 0,3%, de 1782 a 1810 superou os 1,5%, acelerando para 2,5% anuais entre 1810 a 1822! Estes cálculos, que devem ser tomados de forma aproximativa, basearam-se nos dados fornecidos por Cowell Jr., Bainbridge, *Cityward migration in the nineteenth century. The case of Recife, Brazil. Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 17, 1, p. 47, 1975.

¹⁰ *Idéia da população* (1923), p. 34.

em expansão colocava. O estrangulamento residia no fato de que o Recife ao mesmo tempo já não podia ser tomado como uma extensão do engenho mas também não estava preparado para resolver os novos problemas do crescimento, que se relacionavam principalmente ao abastecimento mas igualmente incluíam a delimitação do espaço urbano, o amparo às populações e particularmente a garantia da “utilidade pública”.

Esta formulação de um discurso sobre a utilidade pública demarca o caráter deste novo arranjo da urbe: sua implementação partirá da ação de um Estado que tenta apresentar-se simbolicamente enquanto contraponto dos interesses individuais, levando a harmonia aos diferentes construtores do sítio urbano ao conduzir através de obras e regulamentações a passagem do “viver (obrigado) em colônias” ao “viver (bem) em colônias”¹¹.

Se por um lado as queixas e desconfianças tendem a avolumar-se neste período, não podem ser desprezados os efeitos com que estas medidas concorrem para a legitimação do domínio português; de qualquer modo, seu programa permanecerá por todo o processo de transição para a ordem pós-colonial (apesar das importantes diferenças entre os sucessivos governos com respeito a outros aspectos), atestando sua funcionalidade nos passos iniciais da construção do Estado nacional¹².

Não constitui o propósito deste artigo levantar todas as medidas adotadas no Recife durante esta política de compromisso, mas uma visualização poderá abalizar sua dimensão.

A carestia crônica dos gêneros, combinada à ação dos atravessadores constitui o sintoma mais visível do problema do abastecimento. Como se tratava de uma questão

¹¹ Silva, Janice Theodoro da. **São Paulo 1554 - 1880: discurso ideológico e organização espacial**. São Paulo: Moderna, 1984, p. 84.

¹² As Atas do Conselho de governo de Pernambuco, vols. 1 e 2 (1821 - 1832) demonstram a continuidade dos órgãos coloniais e suas linhas de ação.

de ordem estrutural, respaldada pela legislação caótica e pela administração confusa e corrupta, não pôde ser solucionada adequadamente. As intervenções costumavam vir a reboque das crises cíclicas, agravadas pelas secas que dizimaram a indústria da carne seca do Sertão e pela expansão dos cultivos para exportação— que resultaram na expulsão de inúmeros pequenos produtores.

Contudo, e na medida em que o permitia o interesse do capital mercantil (o próprio Thomás de Mello tinha parte nos contratos das carnes, peixe, açúcar, aguardente, melaço, feijão e azeite) procurou-se estimular a produção de alimentos (edital isentava de recrutamento o agricultor que enviasse trezentos alqueires de farinha por safra) e facilitar sua penetração através da conservação das estradas. De qualquer modo, denota-se a partir da cartografia da época o adensamento do comércio no centro do Recife, que se reflete na presença de grandes mercados e feiras e no aumento da importância relativa das relações da vila com seu interior pela melhoria das vias de acesso terrestre e dos portos fluviais.¹³

De acordo com a crescente preponderância do capital mercantil na economia, a preocupação com o controle dos fluxos internos chamaria a atenção da Câmara, seja normatizando a circulação dos ambulantes e tropeiros, seja regularmentando as obras particulares; o cordeador é figura típica destes anos.

Assiste-se a um zoneamento que localizaria as áreas de interesse administrativo e econômico do Estado em trechos bem específicos dos bairros de Santo Antônio e do Recife¹⁴.

Como contraponto ao papel de gerenciador do espaço urbano que o Estado assume, a figura do morador se

¹³ Sobre os desequilíbrios em Pernambuco, Ribeiro Jr, J. "Trabalho e fome numa economia colonial" in *História*, São Paulo, v. 2, pp. 15 - 20, 1983; e trabalhos de Glacira L. Leite, entre os quais *Pernambuco 1817*, Recife: Massangana, 1988.

¹⁴ Catarino, Acácio J. L. (1993) cap. 1, item b: "A cidade no limiar da descolonização".

faz claramente presente nos mapas: se há um certo direcionamento para a ocupação da Boa Vista e São José, deve-se lembrar, com relação aos principais marcos delimitadores da expansão da segunda metade do século — as edificações religiosas — que a ampla maioria foi erigida por associações leigas; o que, se não caracteriza sua autonomia, comprova ao menos sua iniciativa.

Neste sentido se inserem as medidas de cuidado da mente e do corpo dos colonos. Com respeito à saúde pública, combinaram-se os instrumentos tradicionais da caridade cristã (hospitais e casas assistenciais) com o início das medidas de segregação dos óbices ao saneamento da vila (retirada do lixo e entulhos das vias, restrições a enterros nas igrejas e ao abate de reses, construção de novo lazareto e quarentena dos escravos recém-chegados), que por encontrarem resistência, surda ou declarada em cada caso, prolongaram-se durante o século XIX.

O ensino, que sofrera decréscimo com a expulsão dos jesuítas, reorganizou-se a partir do Alvará de 1772, prevendo-se a instalação de quatro professores de gramática latina e um de filosofia. Apesar do subsídio literário (cobrado sobre as carnes), a expansão das aulas régias fez-se às custas dos ordenados aos mestres, o que tornava fictício o aproveitamento do reduzido número de alunos. Ao assumir em 1798 a Direção Geral dos Estudos Azeredo Coutinho encontrou apenas vinte e nove cadeiras providas, das sessenta e três instaladas e os pagamentos dos professores atrasados em dois anos¹⁵. Ao lado da regularização do ensino elementar, erigiu o Seminário de Olinda (agregando inclusive cadeiras retiradas do Recife), criando uma clivagem que marcaria o caráter da vizinha cidade por todo o século XIX.

¹⁵ Costa, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1984, vol. VII, p. 28. Silva, M. B. N. da. "A cultura" in Silva, M. B. N. da (1986), p. 477, constata que a situação em Pernambuco era entretanto das melhores na colônia.

Não por acaso o horto botânico lá seria instalado em 1811 por Caetano Pinto Montenegro, estimulado pelo discípulo de Manoel Arruda Câmara, padre João Ribeiro, professor de desenho do Seminário, “eclesiástico de muita probidade e bastante luzes da história natural”¹⁶.

Esta eventual parceria do futuro chefe revolucionário de 1817 (já embebido de luzes sobre a história recente dos homens) com o capitão-general demarca tanto as possibilidades (elevadas a um nível mais concreto com a vinda da Corte em 1808) como a eventual precariedade dos vínculos contidos no interior da política de compromisso. O qual leva à questão essencial deste reordenamento: “manter os povos em sossego”, ou seja, garantir a reprodução da estrutura de domínio em meio às reformas pretendidas.

Isto implicava em si uma extraordinária mudança de concepções sobre os objetos desta política de segurança; se Pombal preocupava-se antes de mais nada com os ingleses e jesuítas, agora o controle das populações tornava-se cada vez mais prioritário. Até meados do século XVIII esta havia sido deixada em grande proporção nas mãos dos proprietários de terra e escravos, conduzida cotidianamente nos limites da unidade produtiva pelos usos do paternalismo disciplinador escravista.

A Coroa resguardava sua ação aos casos de excesso (ou lacuna) da repressão senhorial, agindo pontualmente pelos seus instrumentos jurídicos ou policiais; se no senhor residia o interesse imediato da continuidade da produção (e portanto a sujeição da massa de escravos), ele próprio também era um refém da sociedade escravista, necessitando da retaguarda do Estado para o enfrentamento de possíveis rebeliões. Desta maneira, considerava-se remota a possibilidade de insurgência das elites ou sua aliança com outras potências, pela comoção que isto traria. Um dos maiores pensadores da causa do Leviatã português, o já citado Azeredo Coutinho, exprimiu este arranjo por meio de um

¹⁶ Costa, F. A. Pereira da (1984), vol VII, p 37.

magnífico aforismo: “Só teme quem tem a perder; quem mais tem o que perder, mais teme; quem mais teme, mais obedece”¹⁷.

Portanto, o colono era assimilado ao proprietário. Mas com o crescimento do peso específico das cidades e do número de despossuídos no decorrer do século XVIII, esta identificação não mais podia ser mantida sem ajustes. A ameaça ao contrato colônial deixava de se concentrar apenas na figura do proprietário ou do escravo rebelado, deslocando-se para categorias não situadas na polarização dominante, o que trazia inclusive dificuldades de identificação nos marcos do imaginário colônial (a própria historiografia herdou esta insuficiência conceitual).

Enquanto reconhecia-se a visibilidade destes grupos, formularam-se concomitantemente medidas mais adequadas para a estruturação da cidade como espaço da ordem; se esta ordem expressa-se como “utilidade pública” em diferentes instâncias do viver em colônias, como foi explanado, seu núcleo consistirá na política de segurança interna. Ao mudar de foco, deixará de deter-se apenas nas iniciativas puramente repressivas ao abranger novos meios, de natureza mais preventiva e coerente com as demais intervenções tomadas neste período.

Seria no Rio de Janeiro da Corte que estas questões se colocariam de maneira mais acabada; não por acaso, de 1808 a 1821 o Intendente de Polícia também será o diretor das obras públicas, inspirando um terror que ecoaria ainda muitas décadas após nas ‘Memórias de um sargento de milícias’. Algumas de suas medidas atestam como a busca do “sossego dos povos” articula controle das relações entre os habitantes e ordenação do espaço por meio de normas e obras: repressão e vadiagem e valorização do trabalho assalariado, de um lado; isenção de impostos para particulares que otimizassem

¹⁷ “Ensaio sobre o comércio de Portugal e suas colônias” in Holanda, S. B. de (org) **Obras econômicas de Azeredo Coutinho (1794 - 1808)**. São Paulo: CEN, 1966, p. 156.

terrenos e os valorizassem com beneficiamentos, proibição de gelosias e cuidado com a higiene pública, de outro¹⁸.

Além do esforço do policiamento ostensivo, encaminhou-se a montagem de um aparato institucional que proporcionava a infra-estrutura necessária à ação do Estado. Também em Pernambuco estes instrumentos foram criados: o Serviço de Obras Públicas, a Intendência da Marinha, o Corpo de Engenheiros e a Inspetoria do Trem Militar, conhecido posteriormente como o Arsenal de Guerra¹⁹. Bem antes das propaladas realizações do Conde da Boa Vista, juntos incorporaram um novo nível de intervenção do Estado ao pretender enquadrar as camadas urbanas no nascente espaço público, cujo modelo será militar, tanto por serem coerção e ordenação da urbe termos que se aproximam nesta época como pelo aproveitamento da experiência técnica e maior confiabilidade hierárquica.

A participação dos militares nos estratos urbanos especializados não se restringia à engenharia e ao ensino técnico, também abarcando a medicina, a música, os ofícios artesanais e os serviços urbanos em geral, além da administração das massas recrutadas, o que lhes dava uma experiência única de manipulação dos meios postos à

¹⁸ Coelho, L. C. "Aspectos da evolução urbanística de uma cidade-estado" in **Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH**. Belo Horizonte, 1974, p. 2. As rótulas podiam esconder um franco-atirador, o que não acontecia com os caixilhos de vidro inglês. Sobre o mesmo período, mas enfatizando o comportamento das massas cativas. Algranti, Leila M. **O feitor ausente**. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁹ Em 1789 os honorários dos trabalhadores das Obras Públicas da capitania seriam fixados pelo capitão-general; Costa, F. A. P. da (1984), v. VI, p. 459. A Intendência de Pernambuco foi estabelecida por Carta Régia de 17 março. 1798; Costa, F. A. P. da (1984), vol VII, p. 26. No governo de Caetano Montenegro os engenheiros reais apresentavam projetos para edificações civis e militares, reunidos no Arquivo Militar por Luís do Rego; Mesquita, Petronio. "Plantas e mapas da extinta Repartição de Obras públicas Provinciais" in **Revista do IHGP**, Recife, vol. LIV, 1981, p. 118. O Parque do Trem surgiu no interior do regimento de Artilharia, sendo instituído como Inspetoria do Trem por Carta Régia de 30. agosto. 1811; Arsenal de Guerra 1 (1817 - 1824).

disposição do poder neste período²⁰. A fundação de uma Academia Militar por Pombal, à parte do Colégio dos Nobres, indica já um distanciamento da antiga identificação como atividade aristocrática por excelência: “A especialização das funções é uma das marcas da transição do estado patrimonialista para o Estado burocrático, como já suficientemente demonstrou Weber”²¹.

Talvez estes funcionários fossem os mais capacitados, pelo menos até a difusão dos bacharéis, engenheiros e outros especialistas civis, para aquilatar as possibilidades geoeconômicas e sociais locais e delas extrair o máximo de aproveitamento nestas novas injunções conjunturais. A experiência do Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, constitui um prenúncio desta estreita ligação do componente militar com a administração voltada para o fomento econômico. Belloto estranha ‘que essa política econômica(...) acabou por vingar muito mais concretamente após o desaparecimento das razões bélicas e geopolíticas que a haviam gerado’, o que indica que estas orientações eram mais do que uma resposta às condições de uma ameaçada capitania fronteiriça²². Estas razões políticas podiam ser portanto empregadas em outros contextos, como as cidades de maior porte.

Para o Estado, como estrutura administrativa de controle do corpo social, tratava-se de organizar as bases que respaldassem a sua intervenção, não apenas relativizando a insuficiência de alguns setores-chave (como a velha arregimentação gremial) como para tentar repor em

²⁰ Dos doze músicos atuantes nas primeiras décadas do século XIX, oito serviram nos corpos militares; Costa, F. A. P. da (1984), vol. VII, p. 330 *ess.* Havia dois hospitais militares, além de bombas de água e primeiros socorros nas oficinas do Trem.

²¹ Belloto, H. L. “O estado português no Brasil” in Nizza, M. B. N. da (1986), p. 277.

²² Belloto, H. L. “A economia na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775)” in **Estudos Econômicos IPE**, São Paulo, v. 13, nº especial, p. 814.

equilíbrio os elementos de reprodução do domínio colonial, obstaculizados pela sua própria dinâmica (como exemplifica o estrangulamento dos canais de abastecimento em Pernambuco).

Os órgãos militares situavam-se exatamente no coração dos vínculos que o mundo do poder mantém com o mundo do trabalho neste momento. O meio sobre o qual incidiu sua ação condicionou seu espectro de atuação e modelou seus instrumentos: ao admitir que suas ações estavam limitadas pelo que chamou de “interesse maior da agricultura”, Luís do Rego exprimia de modo franco a linha demarcatória que definia o mínimo uso possível de escravos e agregados dos proprietários. As novas atividades públicas, remuneradas ou não, tenderam desta forma a ser descarregadas sobre os ombros dos livres e libertos, articulando-se deste modo controle do Império e regulação da cidade.

A partir destes parâmetros é que se pode compreender em sua inteireza uma passagem pouco lembrada do ativista político Frei Caneca, que na época refletiu sobre este programa de reprodução das estruturas em mutação por meio dos militares de forma muito direta²³:

“A tropa, ou se considera como tal, ou não (...). Quando, no primeiro caso, formam a classe militar, são empregados da pátria,..., coadjuvando as autoridades na execução das leis e a repulsar o inimigo externo, que ataca a liberdade da cidade, a sua propriedade (...) A ciência que lhes compete é a da arte militar.. Não lhes está mal não serem filósofos, médicos, juriconsultos, estadistas. Infeliz a pátria em que o soldado é filósofo”.

²³ Citado por Dreifuss, René. “Sociedade política armada ou força armada societária”? in Rizzo, Eliézer (org) *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 114.